

RELATÓRIO DE PESQUISA

**Conexão entre Combate à Fome e Mudança Climática na COP 28:
pequenos avanços e baixa prioridade para quem não consegue comer**

Projeto: Acoplando o Combate à Fome ao Combate à Crise Climática

Thiago Lima e Atos Dias

26 DE JANEIRO DE 2024



SUMÁRIO

01	Introdução	03	04	As Partes e as Palavras ...	12
02	Resultados sobre os temas agroalimentares na COP28	05	05	Considerações finais	22
03	Método	09	06	Referências	25

01 /

INTRODUÇÃO

01 / INTRODUÇÃO

A 28ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, também chamada de Conferência das Partes (COP 28), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, parece ter colocado os sistemas agroalimentares numa posição mais relevante na pauta das negociações para lidar com a catástrofe climática global em curso. Entretanto, as [avaliações sobre os reais avanços obtidos são mistas](#) e, na prática, será preciso algum tempo para observarmos quaisquer efeitos concretos. De nossa perspectiva, e diante do baixo desempenho global medido com os indicadores do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável até 2030 (Arora, Mishra, 2022), os documentos produzidos pela COP 28 dão um passo adiante, mas ainda estão aquém do necessário pois o combate à fome e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ainda [não se apresentam como vetores privilegiados](#) de enfrentamento ao problema climático em tratados vinculantes.

Para melhor compreender os desafios a serem vencidos para que a perspectiva apontada acima ganhe tração nas negociações do clima,

realizamos uma pesquisa sobre as posições iniciais dos governos na COP 28. Consideramos que estas posições indicam quais temas são prioritários para as Partes e, por isso, aqueles que terão mais chance de serem negociados e eventualmente acordados. Nossa conclusão é a de que os temas do combate à fome, do fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (SAN), bem como da plena fruição dos DHAA ainda são temas marginais nestas declarações. Por isso, cabe aos agentes políticos e organizações da sociedade civil pressionarem os governos e contribuírem para a construção de posições negociadoras que coloquem estes temas como vetores do reequilíbrio ecológico e climático do planeta, e não apenas como consequências desejáveis, a serem atingidas por mudanças exitosas na forma de produção de alimentos e do uso da terra.

02 /

**RESULTADOS SOBRE OS TEMAS
AGROALIMENTARES NA COP28**

02 / RESULTADOS SOBRE OS TEMAS AGROALIMENTARES NA COP28

As COP tiveram início em 1995, em Berlim, e foi no seu decurso que os mais importantes acordos multilaterais sobre o clima foram concluídos, como o Protocolo de Quioto de 1997 e o Acordo de Paris de 2015 (Goldemberg, 2023). De fato, pelo menos desde a reunião sediada pela França, o tema da segurança alimentar consta no rol de preocupações das negociações. A COP 23, ocorrida em Fiji, em 2017, criou o [“Grupo de Koronívia”](#) para abrigar estudos e discussões sobre o potencial da agricultura em reduzir os elementos do problema climático. O Grupo funcionou por cinco anos e em 2022, na COP 27, foi transformado no [Grupo Sharm-el Sheik](#) (em homenagem a cidade-sede da Conferência, no Egito) para Implementação de Ações Climáticas para Agricultura e Segurança Alimentar. Destaque-se a inclusão do termo segurança alimentar no nome do Grupo, um sinal de que a agenda passa a adotar um enfoque maior em questões alimentares, além das agronômicas.

Foi apenas na COP 27, portanto, que a questão agroalimentar emergiu com mais força, mas ainda como uma coadjuvante na programação oficial e produzindo um mandato para o desenvolvimento do tema. Este foi, no

entanto, um resultado muito tímido diante das urgentes necessidades climáticas e alimentares que atravessamos.

Visando contribuir para a compreensão da inexistência de avanços mais robustos, realizamos um estudo sobre a posição inicial dos Estados-Parte na COP 27, com apoio da Fundação Heinrich Boll (Lima; Dias, 2023). Constatamos que o conjunto dos negociadores não chegaram à Conferência de 2022 munidos de vontade política para enfrentar as questões alimentares relacionadas ao clima, muito menos de transformar o combate à fome num vetor de correção ecológica. Ora, se termos como segurança alimentar, fome e dieta sequer constavam nas mensagens iniciais, é porque eles não seriam prioridade nas barganhas. Em outras palavras, em 2022 as Partes não se apresentaram à COP imbuídas da compreensão de que o combate à fome, a promoção da SAN e a plena fruição do DHAA podem ser vetores de reequilíbrio climático do planeta.

Levando em consideração os tímidos, porém não irrelevantes, avanços recentes, havia certa expectativa de que a COP de 2023 pudesse [colocar a](#)

02 / RESULTADOS SOBRE OS TEMAS AGROALIMENTARES NA COP28

[comida no cardápio](#) de negociações. Tais expectativas, no entanto, vinham com a desconfiança de que um enfoque de DHAA pudesse ser escanteado por um viés fortemente direcionado a aspectos de produção de alimentos e desconectados das necessidades de quem não come ou mal se alimenta, tendência esta já notada por observadores (IDS, IPES, 2022).

De fato, [as questões agroalimentares foram mais presentes](#) nos 14 dias da Conferência, que teve o dia 10 de dezembro todo dedicado a elas. Logo no dia 01 de dezembro os países assinaram a [Declaração sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática](#), previamente negociada, e que hoje conta com pelo menos 160 signatários. Apesar de adotar um enfoque muito centrado na produção, [a Declaração inova](#) ao trazer de forma singela na COP a questão alimentar pelo ângulo de quem come ou deixa de comer, numa perspectiva de DHAA. Faz isso, [nas cláusulas preambulares](#), firmando *“the need to progressively realize the right to adequate food in the context of national food security as well as the need to ensure access to safe, sufficient, affordable, and nutritious food for all”*.

Trata-se da primeira Declaração dedicada ao tema agroalimentar no âmbito das COP, o que [certamente possui sua importância](#): agora há um documento ao qual as Partes e demais atores interessados no tema, como as organizações da sociedade civil, podem se referir ao elaborarem suas demandas. Mas cabe frisar que a Declaração não possui força vinculante, ou seja, não é um tratado que gera obrigações. Resta conferir se os governos recorrerão a ela para formular e implementar políticas públicas, ou se irão utilizá-la como plataforma para construção de acordos internacionais com consequências reais. Se voluntariamente seguirem a Declaração, os signatários deverão incluir, até a COP 30, metas relativas aos sistemas alimentares em seus Planos Nacionais de Adaptação, Contribuições Nacionalmente Determinadas e Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade.

Se ações nacionais concretas ainda estão para ser vistas, o que a COP 28 demonstrou foi a falta de acordo numa área essencial para a governança do nexos climático-agroalimentar. Havia a expectativa de que fosse designado um

02 / RESULTADOS SOBRE OS TEMAS AGROALIMENTARES NA COP28

plano de trabalho para o Grupo Sharm-el Sheik, assim como uma estrutura com financiamento para coordenar suas ações. Contudo, as negociações terminaram num impasse, sem qualquer progresso definido.

Ao mesmo tempo, deve-se notar que o primeiro relatório de análise sobre o conjunto dos esforços para enfrentamento do problema climático, chamado de [First Global Stocktake](#), reconheceu, em suas cláusulas preambulares, que é uma prioridade fundamental proteger a segurança alimentar e os esforços de eliminação da fome dos efeitos adversos das mudanças climáticas, bem como enfrentar as vulnerabilidades específicas dos sistemas de produção alimentar. Em outras seções, o documento conclamou as Partes a desenvolverem “soluções baseadas na natureza”, “produção regenerativa”, “perspectivas baseadas em ecossistemas” para lidar com os problemas agroalimentares de forma geral e, especificamente, um acesso equitativo e adequado de alimentos e nutrientes para todas as pessoas. [São menções dignas de nota](#), mas longe de denotarem um compromisso político que coloque o fim da fome como um caminho privilegiado para a justiça climática. Cabe apontar, ainda,

que a [transição agroecológica](#), que consideramos uma importante medida para sanar os sistemas alimentares, não aparece neste documento. Outro documento que apenas menciona levemente a segurança alimentar e nutricional e o combate à fome é a [Declaração sobre Clima e Saúde](#).

03 /

MÉTODO

03 / MÉTODO

As Partes, por meio dos chefes ou representantes de Estado e de governo, podem optar por fazer uma declaração nacional durante as reuniões do chamado Segmento de Alto Nível. Neste tipo de reunião, os representantes de Estado e de governo geralmente sinalizam, em suas declarações, os tópicos de interesse em relação à agenda climática. Considerando o curto tempo para a realização da declaração, limitada em três minutos, as Partes priorizam, em seus respectivos discursos, temáticas que entendem ser centrais para os seus interesses e nas quais se concentram durante as mesas e rodadas de negociações.

Na COP 28, 158 países e a União Europeia optaram por fazer uma declaração no âmbito das reuniões do Segmento de Alto Nível. Fica a cargo do site da UNFCCC publicar os textos completos das declarações oficiais. Contudo, para que a publicação ocorra, é necessário que as delegações Partes enviem as suas declarações escritas para a organização. Uma vez que o envio é facultativo, nem todas as Partes o fazem. Por essa razão, das 158 Partes que apresentaram declarações oficiais, há apenas 101 disponíveis no site da

UNFCCC (UNFCCC, 2023). A declaração da Síria, embora disponível no site, foi excluída do banco de dados da pesquisa, uma vez que o formato do arquivo não permite reconhecimento ótico de caracteres, o que inviabiliza a análise do conteúdo. Incluímos as declarações dos Estados Unidos e do Brasil que, embora não estejam disponíveis no site da UNFCCC, foram encontradas nos respectivos sites de governo (WHITE HOUSE, 2023; AGÊNCIA GOV, 2023). A análise de conteúdo, portanto, abrange 102 declarações. Considerando essa limitação, nossa análise não é representativa em relação à totalidade das declarações realizadas pelas Partes durante a COP 28.

As declarações podem ser enviadas pelas delegações das Partes para publicação no site da UNFCCC em qualquer uma das línguas oficiais da ONU (inglês, espanhol, francês, chinês, russo e árabe). Contudo, no referido site, foram encontradas declarações em inglês, espanhol, francês, árabe, alemão e português. Visando a viabilização e a simplificação da análise, as declarações em árabe, alemão e português foram traduzidas para o inglês por meio do ChatGPT (CHATGPT, 2023).

03 / MÉTODO

A análise de conteúdo foi realizada por meio do *R Statistical 4.2.3*. O banco de dados, com as declarações das Partes, bem como o script computacional estão disponíveis para replicação na plataforma *Open Science Framework*, com acesso pelo link:

<https://osf.io/k72p4/?view_only=587dc72a2462432681ce9f4123ec7bbb>.

Os textos foram pré-processados para remover pontuações, números, stopwords e converter maiúsculas em minúsculas. O pré-processamento objetivou limpar os dados e facilitar a identificação de padrões semânticos. Nos corpus analisados, também utilizamos a técnica de *stemming*, ou seja, reduzimos as palavras ao seu radical com o objetivo de agrupar as palavras relacionadas sob a mesma raiz e, conseqüentemente, facilitar a análise de conteúdo.

Foram criados e analisados dois corpus, nomeados de corpus 1 e corpus 2. O corpus 1 é formado por todas as 102 declarações. O corpus 2 é formado apenas pelas 48 declarações que abordaram questões agrícolas e alimentares. A identificação das declarações que compõem o corpus 2 foi feita por meio de busca por palavras-chave. Na seção de resultados e discussão, apresentamos uma análise descritiva dos dados dos dois corpus.

04 /

**AS PARTES
E AS PALAVRAS**

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

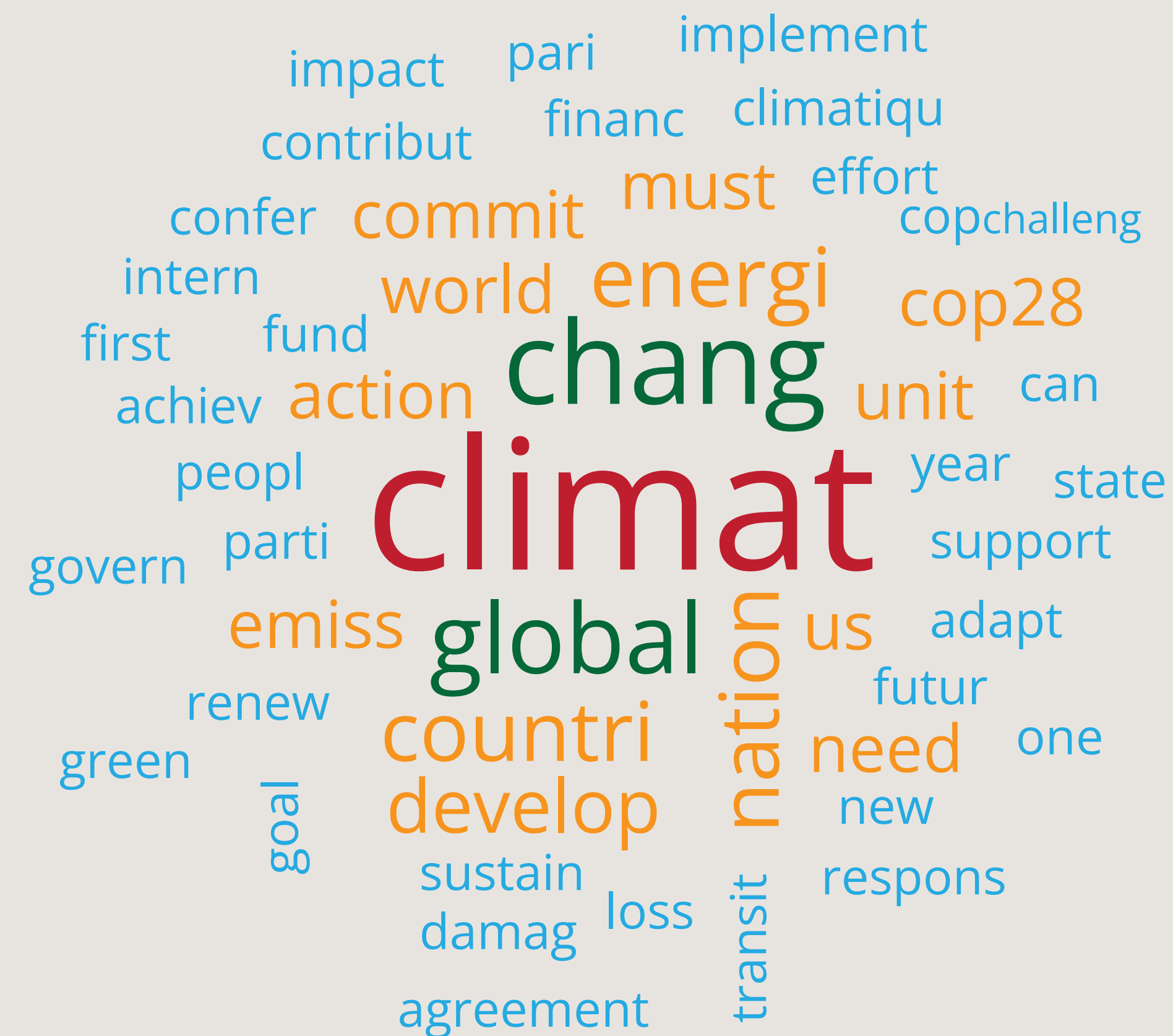
A figura 1 apresenta uma nuvem de palavras formada pelas 50 palavras mais frequentes com base na Matriz Documento-Termo (*Document-Term Matrix - DTM*) do corpus 1.

Como esperado, termos como *climat* e *chang*, *energi*, *develop* e *sustain*, por exemplo, aparecem em maior quantidade. É perceptível que temáticas agrícolas e alimentares não estão presentes no escopo das 50 palavras mais recorrentes, o que pode indicar, a princípio, a ausência ou marginalização dos referidos temas nas declarações das Partes.

Contudo, a Figura 2 expõe uma rede semântica com base na Matriz de Coocorrência de Recursos (*Feature Co-occurrence Matrix - FCM*) do corpus 1. A matriz FCM captura a frequência com que pares específicos de palavras aparecem juntas nos documentos e ajuda a compreender as relações semânticas e contextuais entre palavras em um determinado corpus. A rede semântica é formada pelos 50 pares mais recorrentes.

Observa-se, também, a centralidade esperada dos termos *climat* e *chang*, bem como a interligação de ambos com outros recorrentes, como *develop*,

Figura 1 - Nuvem de palavras da DTM do corpus 1



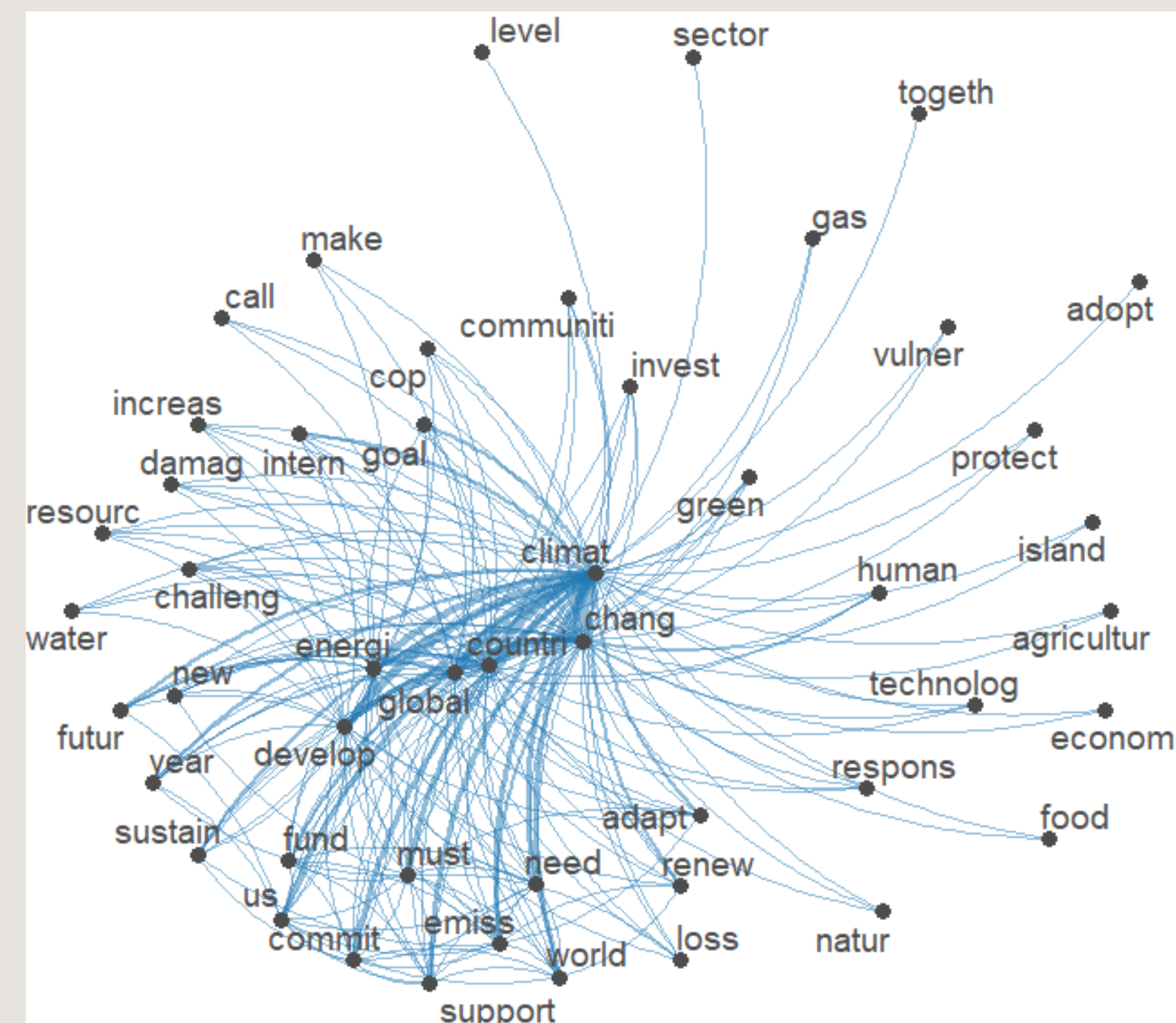
Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

global, countri e *energi*, por exemplo. Na rede também aparecem dois termos relacionados diretamente às temáticas agrícolas e alimentares: *food* e *agricultur*. Percebe-se, portanto, que temas agrícolas e alimentares foram abordados nas declarações. No entanto, ambos os termos aparecem de maneira marginal na rede e possuem, cada um, apenas duas arestas. Isso pode significar isolamento semântico de tais termos em relação a outros, uma vez que ambos não estão fortemente conectados a outros termos no conjunto dos dados, sobretudo aos que ocupam lugar central na rede.

Considerando que temas agrícolas e alimentares estão presentes no conjunto dos dados, optamos por criar um segundo corpus, que intitulamos de corpus 2, composto apenas por declarações que abordam temas agrícolas e alimentares. Filtramos tais declarações usando 21 (conjuntos) de palavras-chave nas línguas inglesa, espanhola e francesa; a saber: a) *food|feed|aliment**; b) *nourri**; c) *agric**; d) *food security*; e) *seguridad alimentaria*; f) *sécurité alimentaire*; g) *obesit*|obesid**; h) *hunger|hambre|faim*; i) *famine|hambruna*; j) *starve*|affamer**; k) *diet|dieta|diète*; l) *food sovereignty*; m) *soberanía*

Figura 2 - Rede semântica da FCM do corpus 1



Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

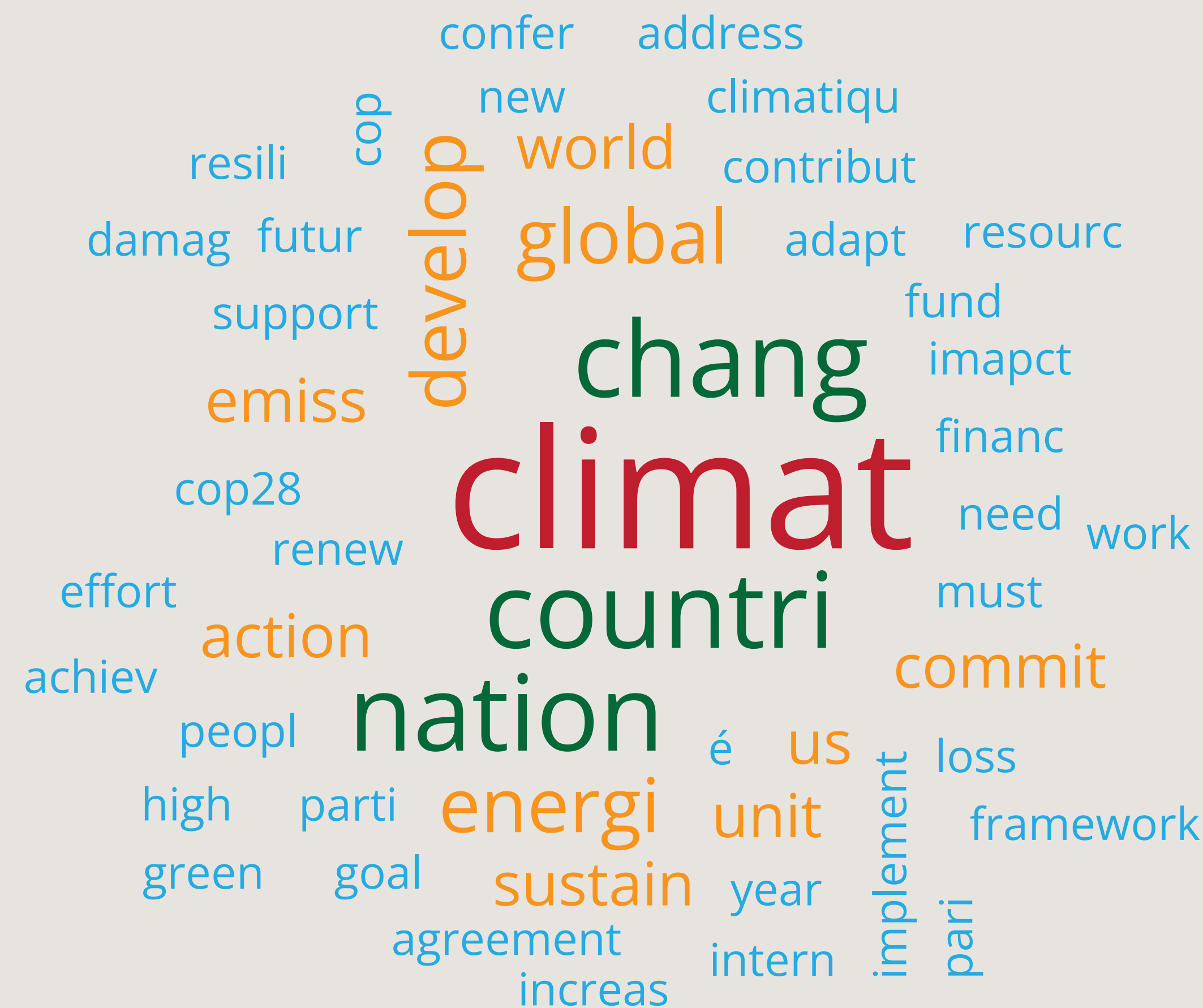
alimentaria; n) souveraineté alimentaire; o) food safety; p) nutri; q) agroecolog*; r) fertilizer; s) fertiliser; t) fertilizante; u) engrais.* Foram encontradas 109 observações para 10 conjuntos de palavras-chave. Essas observações estão distribuídas em 48 declarações, que compõem o corpus 2.

Observando a Figura 3, que expõe a nuvem de palavras da DTM do corpus 2, é perceptível que não há nenhum dos termos dos conjuntos de palavras-chave relacionados a questões agrícolas e alimentares entre as 50 palavras mais recorrentes. Ou seja, mesmo em um corpus exclusivamente composto por declarações que contêm termos agrícolas e alimentares, tais temáticas ainda continuam marginais, semelhante ao que se observou na Figura 1.

A rede semântica do corpus 2 constata a marginalização de temas agrícolas e alimentares. Igualmente à rede semântica do corpus 1, apenas os termos *food* e *agricultur* aparecem e de forma marginal.

Adicionalmente, o Quadro 1 de dispersão lexical do corpus 2, informa quais conjuntos de palavras-chave são encontrados nas 48 declarações que tratam de questões agrícolas e alimentares, bem como a quantidade e distribuição

Figura 3 - Nuvem de palavras da DTM do corpus 2

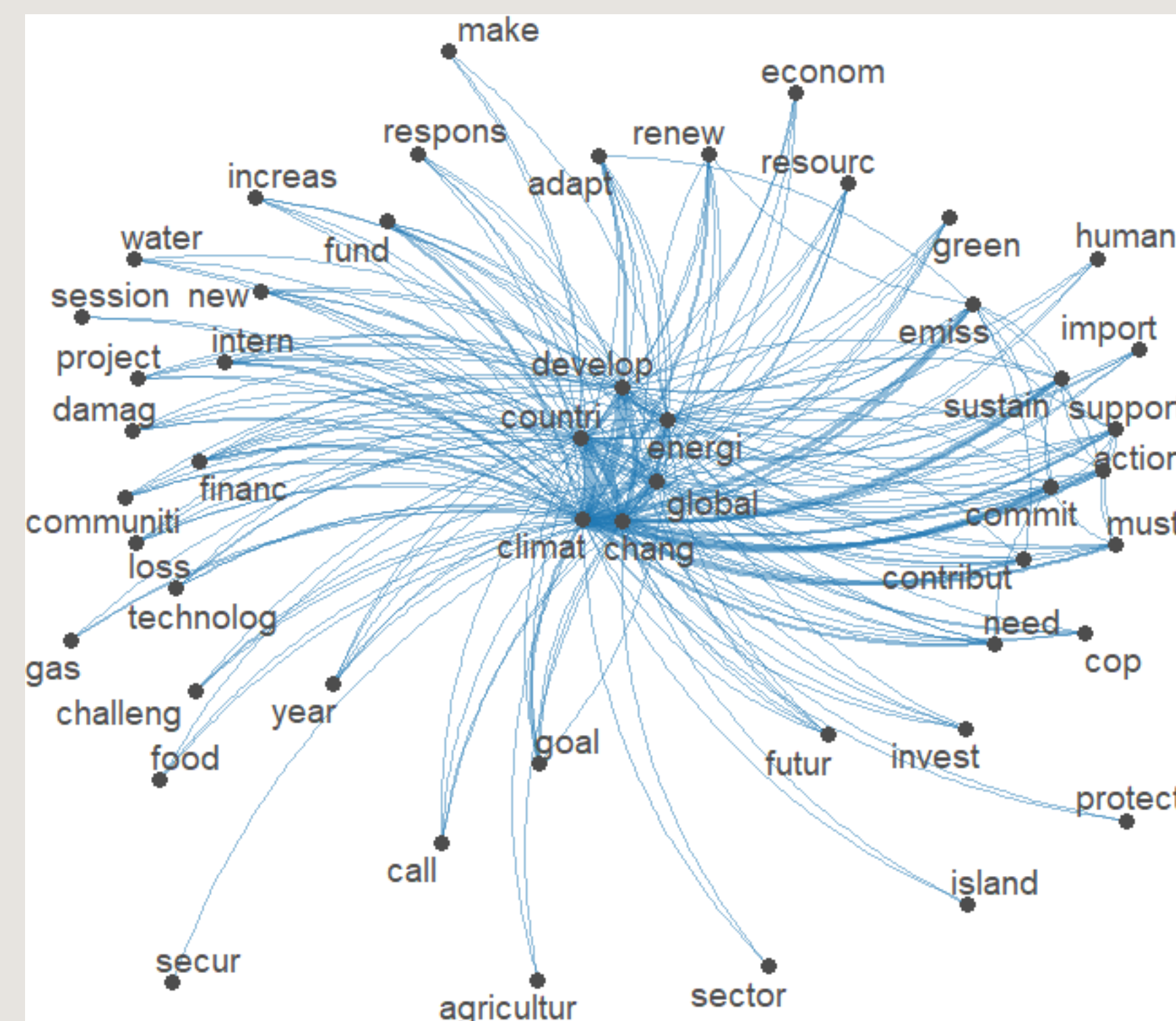


Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

dos termos em cada documento que integra o corpus. Foram encontrados resultados para 10 dos 21 conjuntos de palavras-chave, a saber: i) *food|feed|aliment**; ii) *agric**; iii) *food security*; iv) *seguridad alimentaria*; v) *sécurité alimentaire*; vi) *hunger|hambre|faim*; vii) *famine|hambruna*; viii) *starve*|affamer**; ix) *nutri**; x) *fertilizer*. Os termos mais citados são, respectivamente: *agric**, presente em 66,6% dos documentos; *food|feed|aliment**, presentes em 37,5% dos documentos; e os termos *food security*, *seguridad alimentaria* e *sécurité alimentaire*, que aparecem em 37,5% dos documentos. Cabe salientar que a maioria dos documentos não abordam diretamente o tema da fome, visto que apenas 12,5% dos documentos do corpus 2 contêm o conjunto de palavras-chave *hunger|hambre|faim, famine|hambruna* ou *starve*|affamer**. O número ainda é menor se considerarmos os documentos do corpus 1, em que termos relacionados à fome aparecem apenas em 5,8% dos documentos. Portanto, embora temas agrícolas e alimentares estejam presente em algumas declarações, especificamente o tema da fome é praticamente ausente, o que aponta para a inexistência de abordagens que relacionam o referido problema à questão climática.

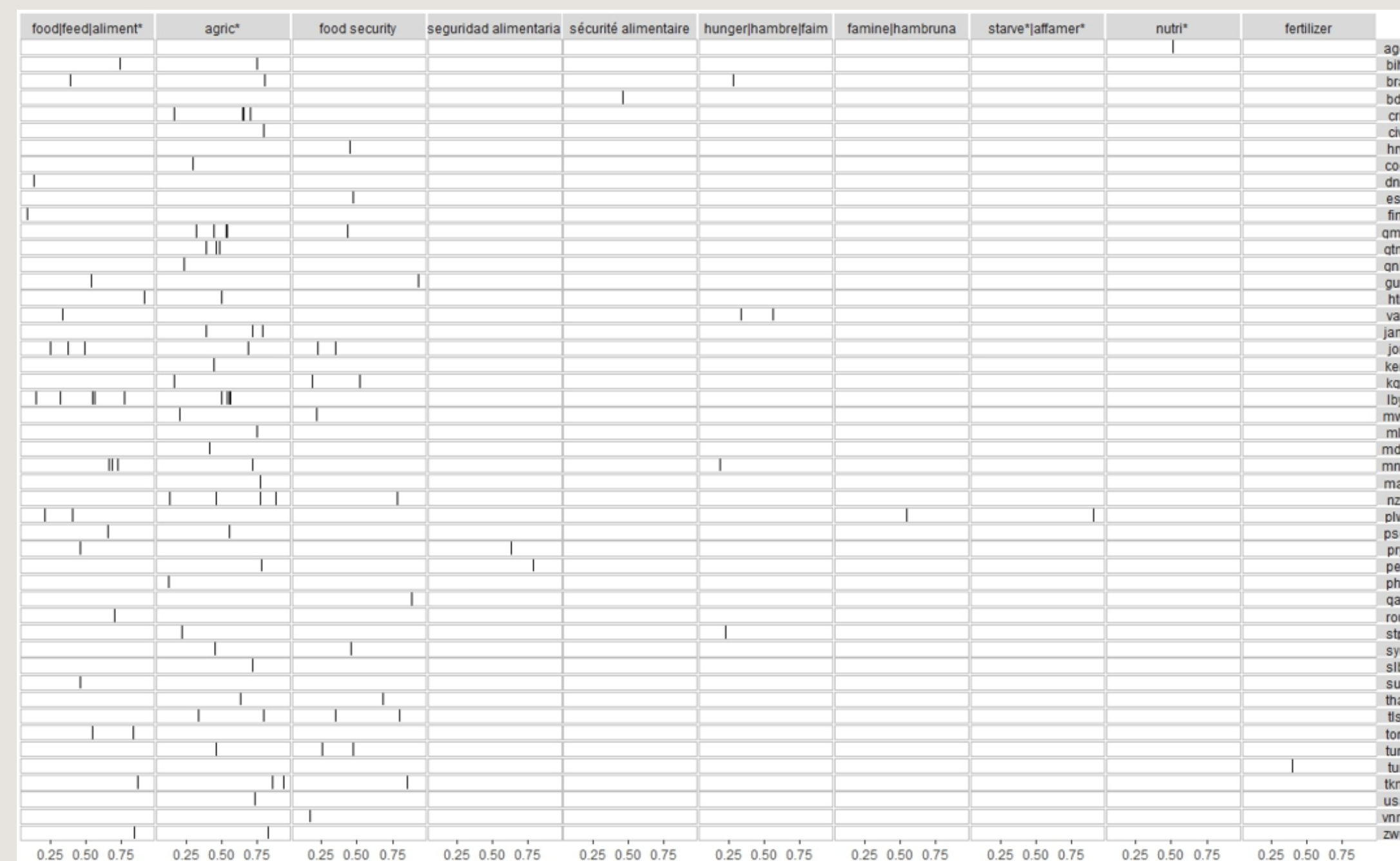
Figura 4 - Rede semântica da FCM do corpus 2



Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

Quadro 1 - Dispersão lexical das palavras-chave no corpus 2



As declarações, à direita do Quadro 1, estão identificadas pelos códigos ISO alfa-3 dos países. O mesmo acontece no Gráfico 1.

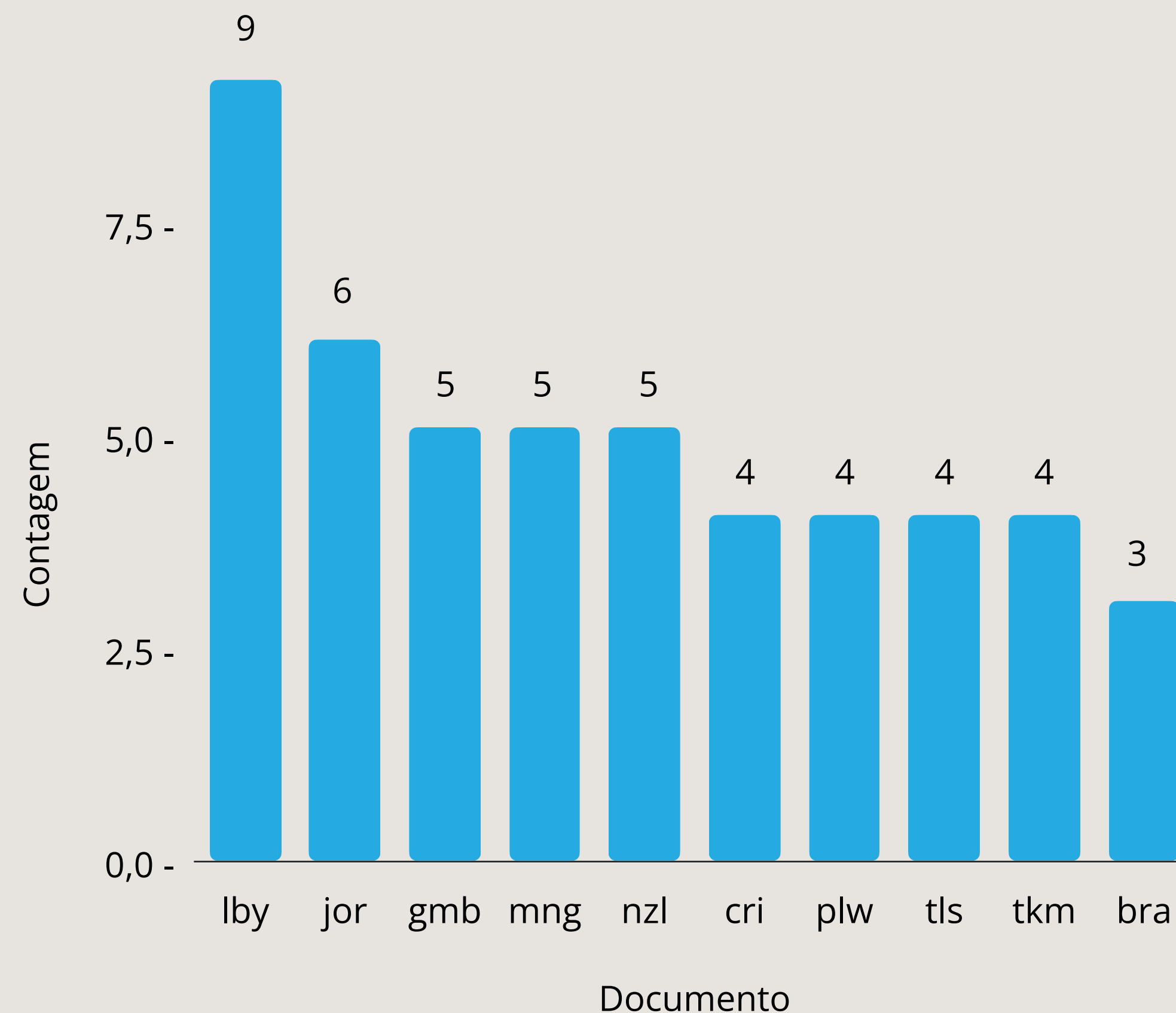
Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

O Gráfico 1 expõe as 10 declarações com maior número de ocorrências de palavras-chave.

A declaração da Líbia é a que tem maior ocorrência de palavras-chave, nove no total, mas concentradas em *food* e *agric**. O documento reconhece, de início, o potencial que as alterações climáticas têm para impactar negativamente as necessidades básicas da vida humana, incluindo a alimentação (LIBYA, 2023). Um apontamento que também está presente nas declarações de Brasil, Gâmbia, Timor Leste, Turcomenistão, visto que os países destacam que padrões climáticos erráticos, como as inundações e secas, têm prejudicado a produção agrícola e a gestão dos recursos hídricos, provocando insegurança alimentar (AGÊNCIA GOV, 2023; GAMBIA, 2023; TIMOR LESTE, 2023; TURKMENISTAN, 2023). Algumas declarações - Líbia, Jordânia, Gâmbia, Nova Zelândia, Costa Rica e Turcomenistão - também apontam soluções como a intensificação do uso de novas tecnologias agrícolas, uma agricultura inteligente ou práticas agrícolas resilientes como formas de amenizar impactos da atividade no clima (LIBYA, 2023; JORD NIA, 2023; GAMBIA, 2023; NEW ZEALAND, 2023; COSTA RICA, 2023; TURKMENISTAN, 2023).

Gráfico 1 - Número de ocorrências de palavras-chave por documento



Fonte: Elaboração própria.

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

A Líbia destacou o compromisso do país em reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa em 10% do PIB até 2040 e aponta que tal contribuição tem como um dos objetivos centrais a busca por segurança alimentar. A declaração da Líbia também reconhece que o setor agrícola desempenha um papel crucial na transição para uma economia com zero emissões e aponta que o plano, enquanto país, consiste também em contribuir para a transformação da agricultura em sistemas alimentares resilientes e com baixas emissões e que haja salvaguarda, inclusive, do acesso de populações vulneráveis à alimentação (LÍBIA, 2023). De forma semelhante, a declaração da Nova Zelândia, ao destacar a importância do setor agrícola para a economia do país, representando mais de 60% das exportações em 2022, reconhece que a atividade gera quase 50% de emissões de gases de efeito estufa do país. A declaração aponta para a necessidade e o desafio de reduzir tais emissões, mas garantindo, ao mesmo tempo, a segurança alimentar (NEW ZEALAND, 2023).

A declaração da Jordânia é a segunda com mais citações às palavras-chave. A abordagem do país a temas agrícolas e alimentar tem como foco central o

conflito israelo-palestino. O documento atenta para o aumento da insegurança alimentar em Gaza como consequência direta da guerra (JORDAN, 2023). Jordânia faz fronteira com territórios palestinos e, portanto, tem sido impactado pelas consequências da guerra, sobretudo pelos deslocamentos de refugiados palestinos para o seu território. O país, inclusive, tem expulsado refugiados palestinos do seu território e temido uma nova onda migratória para a Jordânia, onde refugiados representam mais do que $\frac{1}{3}$ da população total. O monarca do país, rei Abdullah II, afirmou - em outubro de 2023 - que o deslocamento de refugiados palestinos para a Jordânia significa uma linha vermelha que não pode ser transposta pelo conflito israelo-palestino e que os problemas humanitários do conflito devem ser solucionados em seus respectivos territórios (THE JORDAN TIMES, 2023).

A declaração da Mongólia é uma das poucas a citar o termo fome (*hunger* | *hambre* | *faim*). De maneira semelhante, a declaração de Palau cita os termos *famine* e *starve* para chamar a atenção à necessidade de se respeitar, em nível global, os limites da natureza que, se ultrapassados, podem causar fome e

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

morte (PALAU, 2023). A declaração da Mongólia ainda aponta para o aumento de mortes e de refugiados em decorrência de guerras e da fome e chama a atenção para o recorde histórico com gastos militares em nível global (MONGOLIA, 2023). Sobre o último ponto, a declaração do Brasil também chama a atenção para o gasto exorbitante na compra de armamento e que os recursos destinados a guerras, na verdade, poderiam ser investidos no combate à fome e no enfrentamento à mudança climática (AGÊNCIA GOV, 2023). Cabe salientar que a Mongólia divide a fronteira com a Rússia e depende de importações de bens estratégicos oriundos deste país, cerca de 28% de todos os bens demandados, incluindo alimentos (DAVAAKHUU; BATDELGER, 2023). O país foi impactado por restrições às exportações em decorrência do conflito russo-ucraniano; houve uma perda de mais de 30% de quilocalorias importadas no país (LABORDE, MAMUN, 2023).

É notável a ausência de grandes *players* internacionais no debate sobre a relação entre crise climática e questões agrícolas e alimentares, o que pode contribuir para dificultar uma maior inserção de tais tópicos na centralidade da

agenda global sobre a problemática do clima.

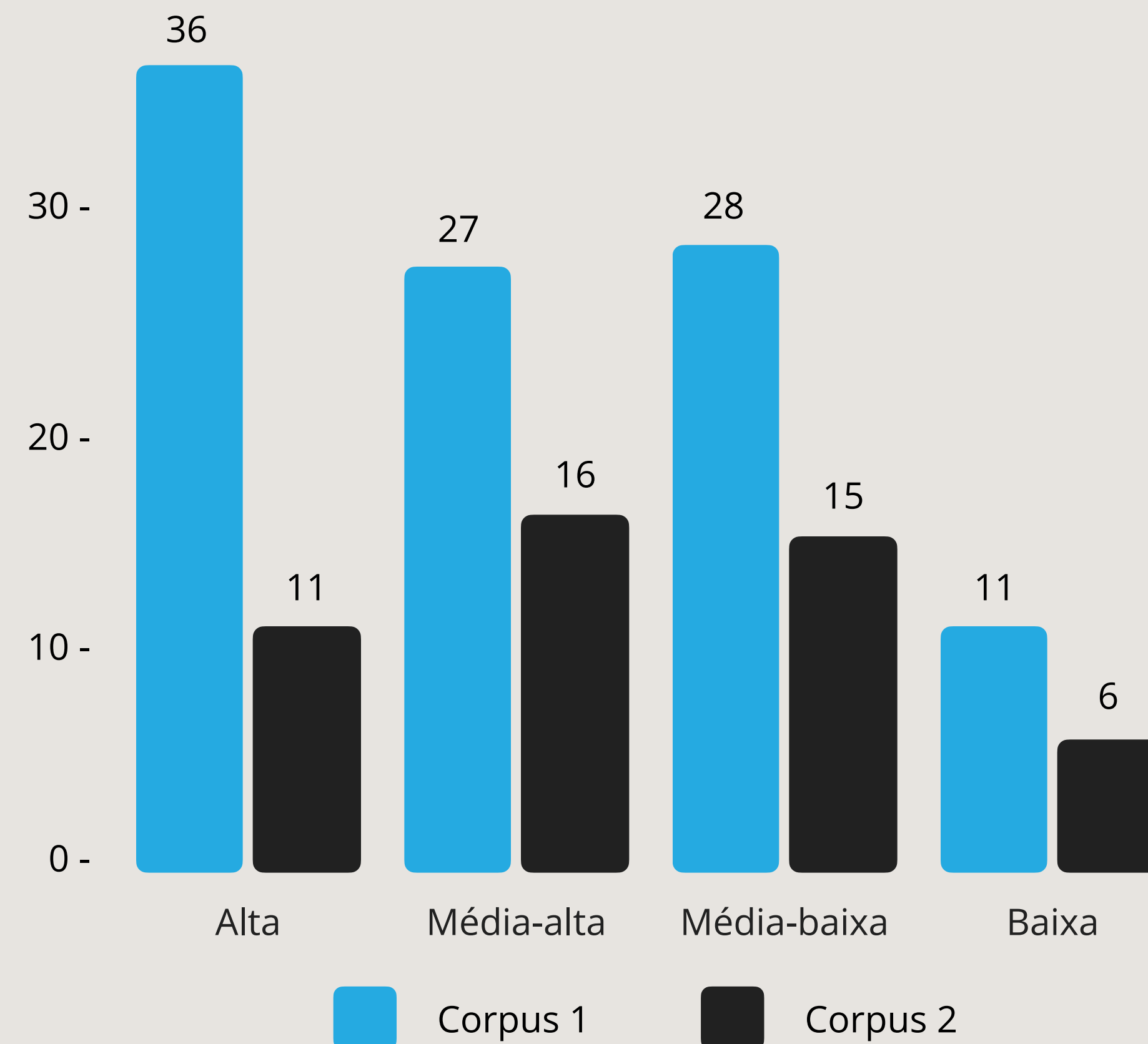
Como se percebe no gráfico 2, embora os países de renda alta estejam em maior número no corpus 1 (35,3%), apenas 10,8% deles abordaram temas agrícolas e alimentares em suas declarações (o que significa fazer parte do corpus 2). É um número contrastante em relação aos demais. Os países de renda média (alta e baixa) estão numericamente em menor número no corpus 1, mas em maior número no corpus 2 em comparação aos países de renda alta. E embora os países de renda baixa presentes no corpus 2 estejam numericamente abaixo em relação aos países de renda alta, ainda assim representam 54,5% dos países de renda baixa presentes no corpus 1, número superior em comparação aos de renda alta.

Os números parecem indicar, portanto, um interesse maior de países de renda média e baixa por temas agrícolas e alimentares. É, de certa forma, esperado, visto que os mesmos, quando não sofrem de insegurança alimentar, são grandes produtores agrícolas ou, por outro lado, dependem significativamente da importação de alimentos. Tal constatação, no entanto,

04 / AS PARTES E AS PALAVRAS

aponta para a limitação da abordagem de temas agrícolas e alimentares na sua relação com a temática da crise climática. Não é estranho pensar que os países buscam fazer valer interesses individuais mesmo em fóruns internacionais que almejam maior cooperação entre as Partes. Contudo, a crise climática, na sua relação com as questões agrícola e alimentar, demanda uma articulação mais ampla entre as Partes; e a participação dos países desenvolvidos, que são os que relativamente menos sofrem com o problema da fome global, é indispensável se o mundo quiser caminhar para uma perspectiva de produção agroalimentar global sustentável e que seja capaz de atender satisfatoriamente a demanda global.

Gráfico 2 - Renda dos países dos corpus 1 e 2



Fonte: Elaboração própria com base em World Bank (2023).

05 /

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

05 / CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministro da Mudança Climática e do Meio Ambiente dos Emirados Árabes Unidos declarou que *“At COP 28 we made an impressive breakthrough, placing food systems and agriculture at the heart of the agenda for the first time in the history of COP”*, destacando que *“The way we produce and eat food causes 30% of the world’s greenhouse gas emissions, uses over 70% of the world’s freshwater, and is responsible for 80% of deforestation and habitat loss in tropical areas”* (ênfase nossa). Porém, o que a COP 28 deixa claro é que o ato de comer ainda está muito distante de ser reconhecido, nesta instância multilateral, como um vetor de transformação ecológica e de redução de danos climáticos. Embora esteja absolutamente claro que a fome no mundo (tanto pela medida da insegurança alimentar quanto pela da Prevalência da Subnutrição), assim como a obesidade, [alcançam patamares elevadíssimos](#), com diversos países ainda atravessando graves carestias no rastro da pandemia de Covid-19 e das guerras, a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional ainda é capaz de inspirar ações e consensos multilaterais nas COP.

Com uma perspectiva historicamente míope e [essencialmente produtivista](#)

[do problema alimentar global](#), a COP28 mantém essa tradição. Falta compromisso com o desenvolvimento de nexos mais profundos e complexos entre os sistemas agroalimentares e o clima, notadamente numa perspectiva que coloque o Direito Humano à Alimentação Adequada como um princípio orientador de diagnósticos e ações.

Fortalecer este movimento em 2024 é urgente, particularmente visando a COP 30, em Belém. Afinal, o governo brasileiro tem enfatizado que o combate à fome e às mudanças climáticas são prioridades fundamentais de sua política externa e, na qualidade de anfitrião, poderá pressionar para que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas incorpore o tratamento sinérgico entre os temas, reservando um espaço significativo para que o ato de comer comida saudável seja considerado um vetor de justiça climática.

Neste quesito, cabe observar o impacto que a [Aliança dos Líderes para a Transformação dos Sistemas Alimentares](#), formada inicialmente por Brasil, Camboja, Noruega, Ruanda e Serra Leoa, e do qual Brasília é copresidente, poderá ter na governança do clima. Lançada em plena COP 28, a Aliança

05 / CONSIDERAÇÕES FINAIS

surpreendeu a muitos no Brasil, o que é um sinal de alerta para um déficit de real participação social na formulação de política externa do País. Não obstante, é preciso reconhecer os esforços da delegação brasileira em Dubai, principalmente tendo em conta os anos de isolamento internacional, de negacionismo climático e de descaso com a fome que marcaram os governos anteriores.

06 /

REFERÊNCIAS

06 / REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Presidente Lula discursa na sessão de abertura da COP 28. **Agência Gov**, 01 dez. 2023. Disponível em:<<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/presidente-lula-discursa-na-sessao-de-abertura-da-cop-28>>. Acessado em 19 dez. 2023.

ARORA, N.K., MISHRA, I. Current scenario and future directions for sustainable development goal 2: a roadmap to zero hunger. **Environmental Sustainability** v. 5, 129–133. 2022. <https://doi.org/10.1007/s42398-022-00235-8>

CHATGPT. **ChatGPT**. 2023. Disponível em:<<https://chat.openai.com/>>. Acessado em 19 dez. 2023.

DAVAAKHUU, Oyuntugs; BATDELGER, Tuvshintugs. Mongolia in the middle of the Russia-Ukraine war. **East Asia Forum**, 01 abr. 2023. Disponível em:<<https://www.eastasiaforum.org/2023/04/01/mongolia-in-the-middle-of-the-russia-ukraine-war/>>. Acessado em 20 dez. 2023.

GAMBIA. **COP 28 High-level Segment - National statement - Gambia**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/635565>>. Acessado em 20 dez. 2023.

GOLDEMBERG, J. Trinta anos da Convenção do Clima. **Estudos Avançados**, 37(107), 277–288. 2023. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37107.016>

IDS; IPES-FOOD. **Agroecology, regenerative agriculture, and nature-based solutions: Competing framings of food system sustainability in global policy and funding spaces**. 2022. Disponível em:<https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/SmokeAndMirrors_BackgroundStudy.pdf>. Acessado em 25 dez. 2023.

JORDAN. **COP 28 High-level Segment - National statement - Jordan**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636275>>. Acessado em 19 dez. 2023.

06 / REFERÊNCIAS

LABORDE, David; MAMUN, Abdullah. **Food Export & Fertilizer Restrictions Tracker**. 2023. Disponível em:<<https://public.tableau.com/app/profile/laborde6680/viz/ExportRestrictionsTracker/FoodExportRestrictionsTracker>>. Acessado em 20 dez. 2023.

LIBYA. **COP 28 High-level Segment - National statement - Libya**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636285>>. Acessado em 19 dez. 2023.

LIMA, Thiago, DIAS, Atos. 2023. “Os países E As Questões Alimentares Na COP 27: Uma análise Das declarações Oficiais Na Conferência Das Partes Da Convenção-Quadro Das Nações Unidas Sobre a Mudança Do Clima (UNFCCC) Em Sharm El-Sheik”. **Segurança Alimentar e Nutricional**, n. 30, 2023. <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8674039>.

MONGOLIA. **COP 28 High-level Segment - National statement - Mongolia**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636289>>. Acessado em 20 dez. 2023.

NEW ZEALAND. **COP 28 High-level Segment - National statement - New Zealand**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636626>>. Acessado em 20 dez. 2023.

PALAU. **COP 28 High-level Segment - National statement - Palau**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636296>>. Acessado em 20 dez. 2023.

THE JORDAN TIMES. King: ‘No refugees in Jordan, no refugees in Egypt; that is a red line’. **The Jordan Times**, 17 out. 2023. Disponível:<<https://jordantimes.com/news/local/king-%E2%80%98no-refugees-jordan-no-refugees-egypt-red-line%E2%80%99>>. Acessado em 20 dez. 2023.

TIMOR LESTE. **COP 28 High-level Segment - National statement - Timor Leste**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/635398>>. Acessado em 20 dez. 2023.

06 / REFERÊNCIAS

TURKMENISTAN. **COP 28 High-level Segment - National statement - Turkmenistan**. 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/documents/636261>>. Acessado em 20 dez. 2023.

UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change). **World Climate Action Summit and high-level segment at COP 28**. UNFCCC, 2023. Disponível em:<<https://unfccc.int/cop28/high-level#High-Level-Segment>>. Acessado em 19 dez. 2023.

WHITE HOUSE. Remarks by Vice President Harris at COP28 Leader's Session, "Fast-Tracking the Just, Equitable, and Orderly Energy Transition. **White House**, 02 dez. 2023. Disponível em:<<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/12/02/remarks-by-vice-president-harris-at-cop28-leaders-session-fast-tracking-the-just-equitable-and-orderly-energy-transition/>>. Acessado em 19 dez. 2023.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. 2023. Disponível em:<<https://data.worldbank.org/>>. Acessado em 20 dez. 2023.

ATOS DIAS

Doutorando em ciência política pela UFPE, mestre em Gestão Pública e Cooperação e bacharel em Relações Internacionais.

THIAGO LIMA

Professor de Relações Internacionais da UFPB e coordenador de RI e combate à fome no Instituto Fome Zero.

RELATÓRIO DE PESQUISA

**Conexão entre Combate à Fome
e Mudança Climática na COP 28:
pequenos avanços e baixa prioridade
para quem não consegue comer**

Projeto: Acoplado o Combate à Fome
ao Combate à Crise Climática

Thiago Lima e Atos Dias

26 DE JANEIRO DE 2024



HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil